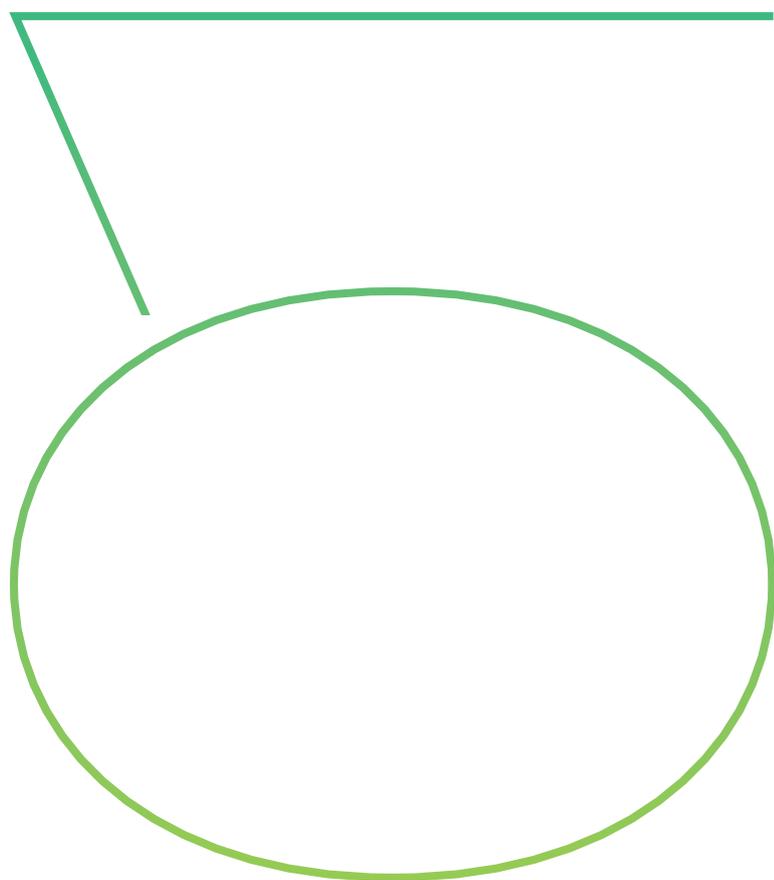
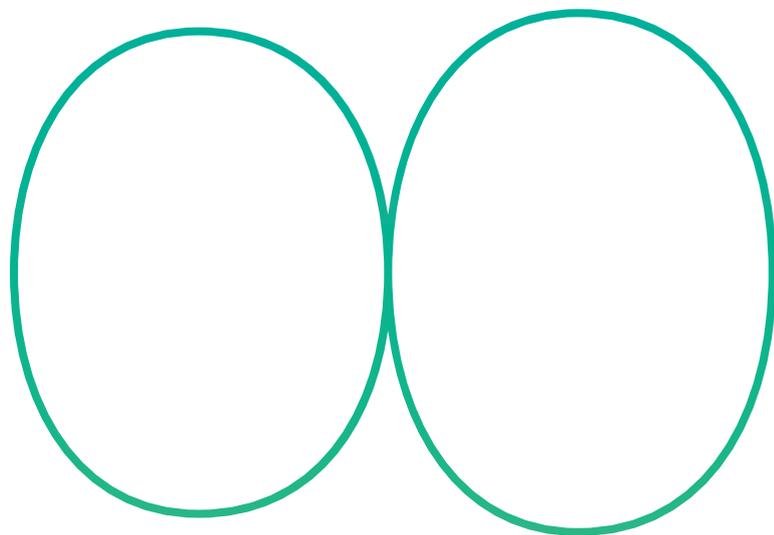


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 46

Agência 47

Mensagem do conselho e da diretoria

Um ano de soluções e evoluções.



O cooperado do Sicoob UNIRBO esteve muito ativo na cooperativa em 2018, o que nos permitiu um resultado bastante positivo e que será apresentado e detalhado nas próximas páginas desse relatório. Baseando nesta constatação, atingimos a missão de tornar a vida financeira do nosso associado mais simples e rentável – mesmo em um ano que se prolonga a paralisa da economia brasileira.

A tranquilidade e proteção que oferecemos ao nosso cooperado são princípios, que junto aos do cooperativismo, nos une. No ano de 2018, a ampliação da base de pessoas jurídicas, com destaques para o comércio, através do domicílio bancário que sustentou o aumento de depósitos à vista e boletos, o início da carteira de crédito rural, que é uma aposta recente da Instituição na pecuária, forte segmento da economia acriana, além da incorporação da CBcred, alavancaram nossos resultados. Apesar da nova gestão do Banco Central na política de provisão de riscos que nos impactaram.

Neste ano, ainda comemoramos a ampliação do espaço físico da agência-sede do Sicoob UNIRBO e o novo estacionamento, investimentos que demonstram a vitalidade e os projetos expansionistas que envolvem nosso planejamento estratégico – sempre com elevada transparência e responsabilidade - e tendo o associado como foco maior do projeto.

Com atenção aos ramos saúde e empresarial, do urbano a rural, o Sicoob UNIRBO vai ampliar suas ações com novos pontos de atendimento. Este é o modelo de gestão definido pelo Conselho e defendido pela Diretoria e colaboradores. Essa união de esforços e trabalho tem feito a nossa cooperativa se diferenciar e ter seu caminho próprio, sempre apoiado pela Central Uni Sicoob muito presente e atuante.

Muito obrigado a todos.

Cenário econômico

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou

que estratégia traçar. Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete

também nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

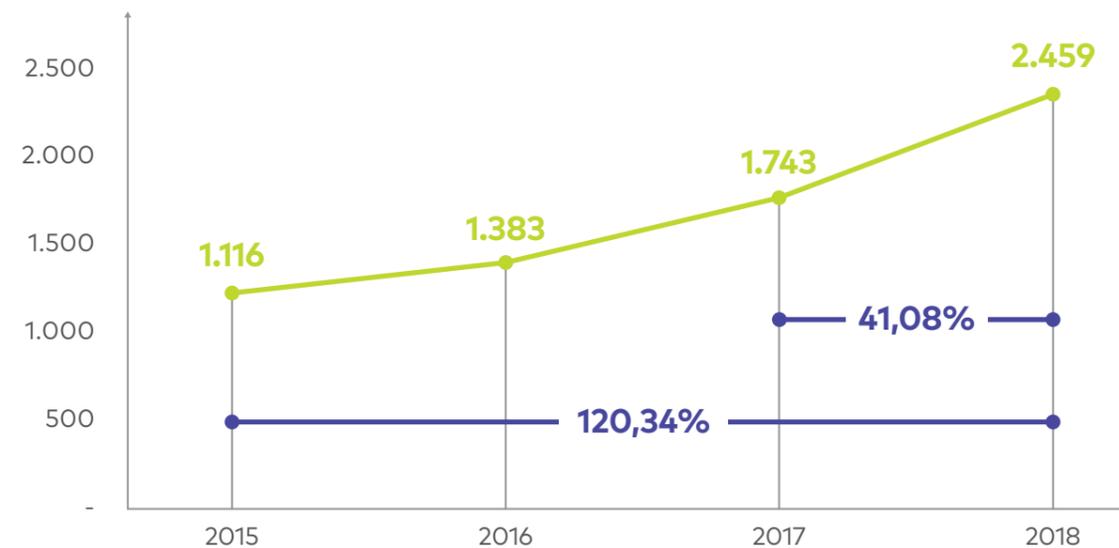
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Desenvolvimento em todos os números.

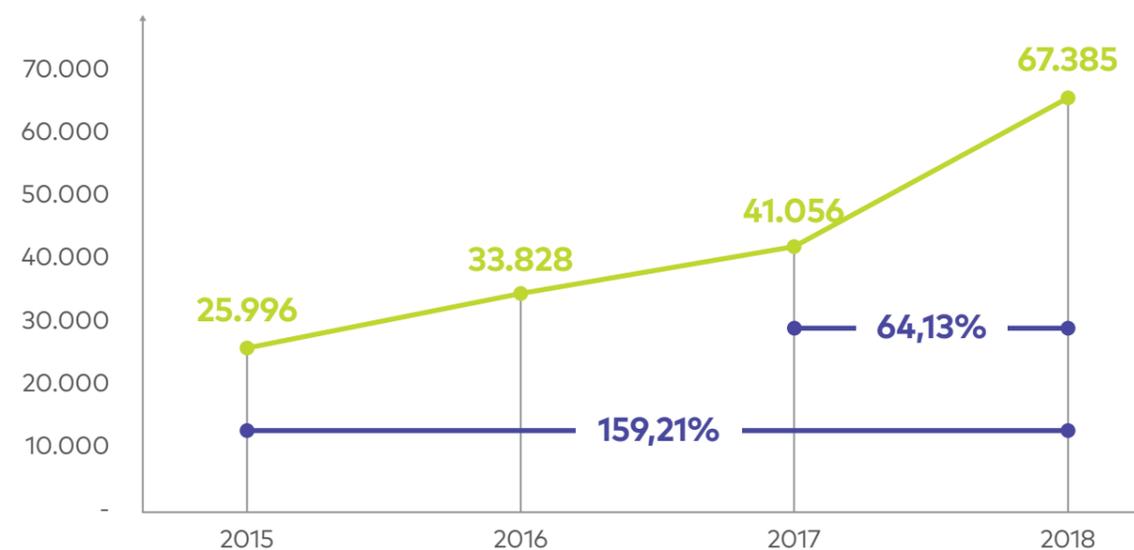


Cooperados



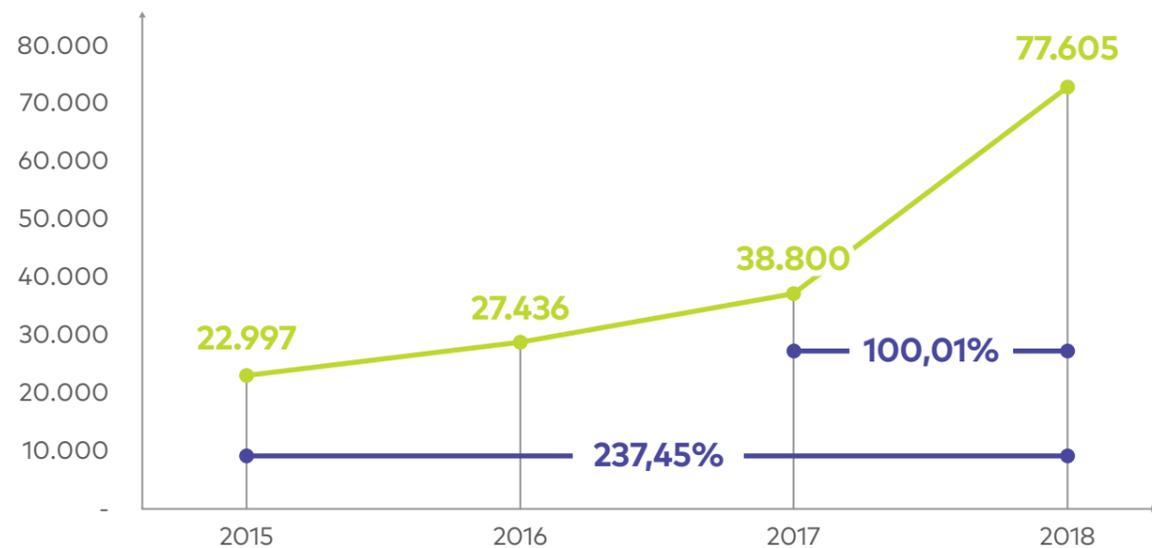
Depósitos Totais

em R\$ mil



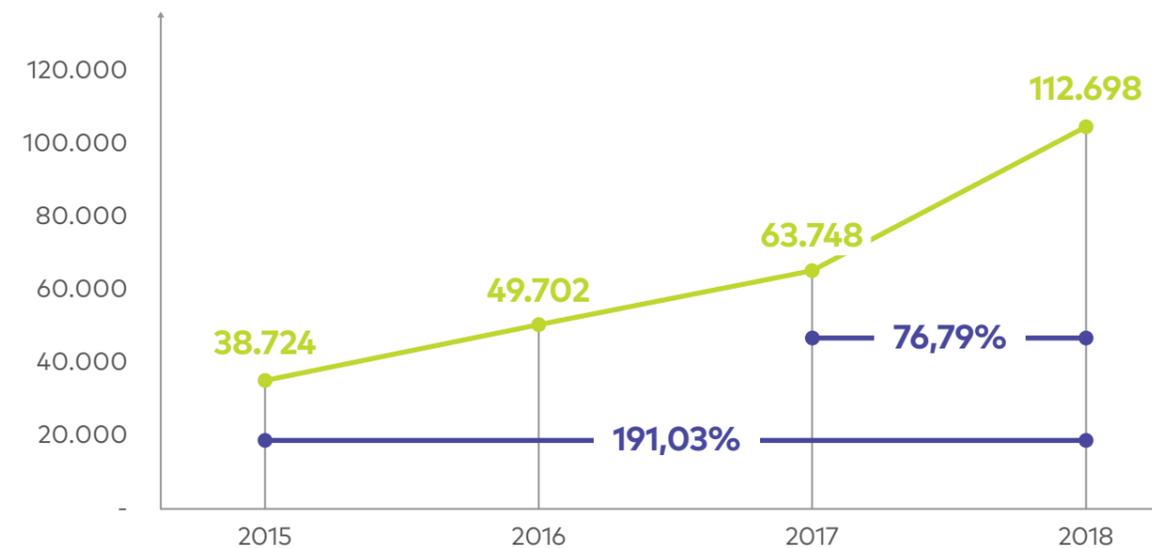
Carteira de Crédito

em R\$ mil



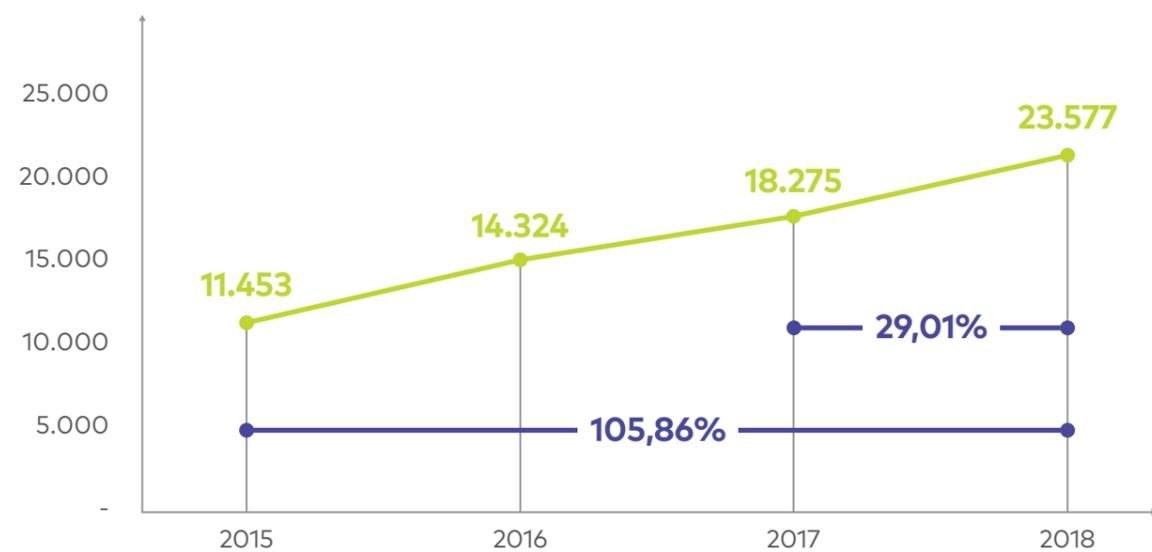
Ativo Total

em R\$ mil



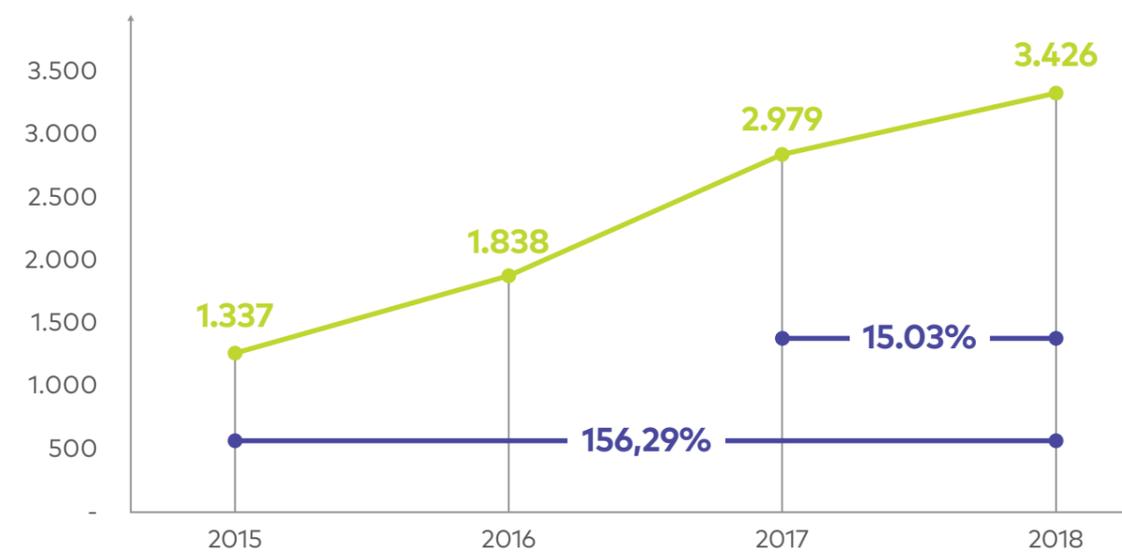
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

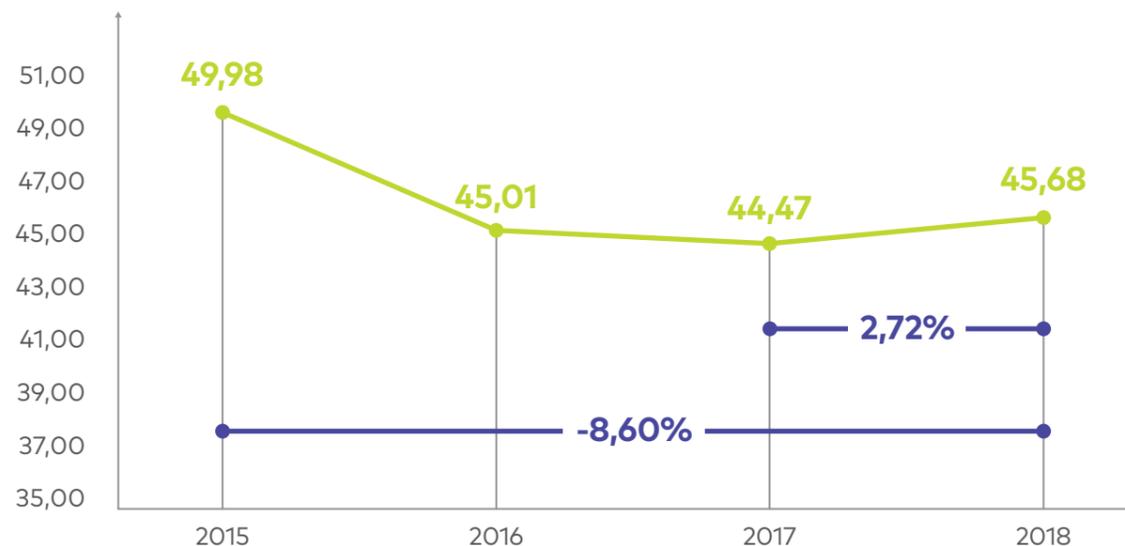


Sobras do Exercício

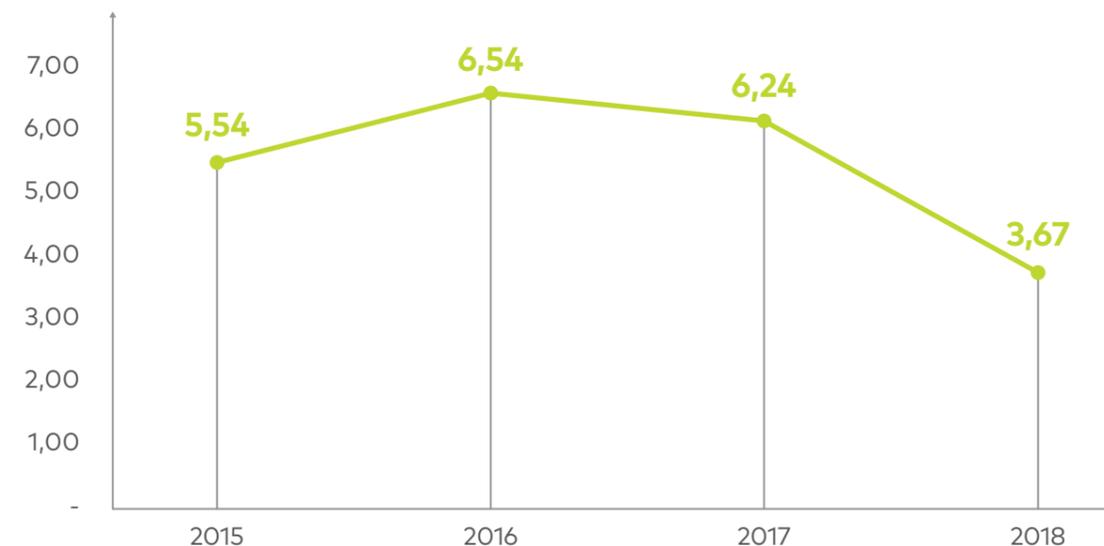
em R\$ mil



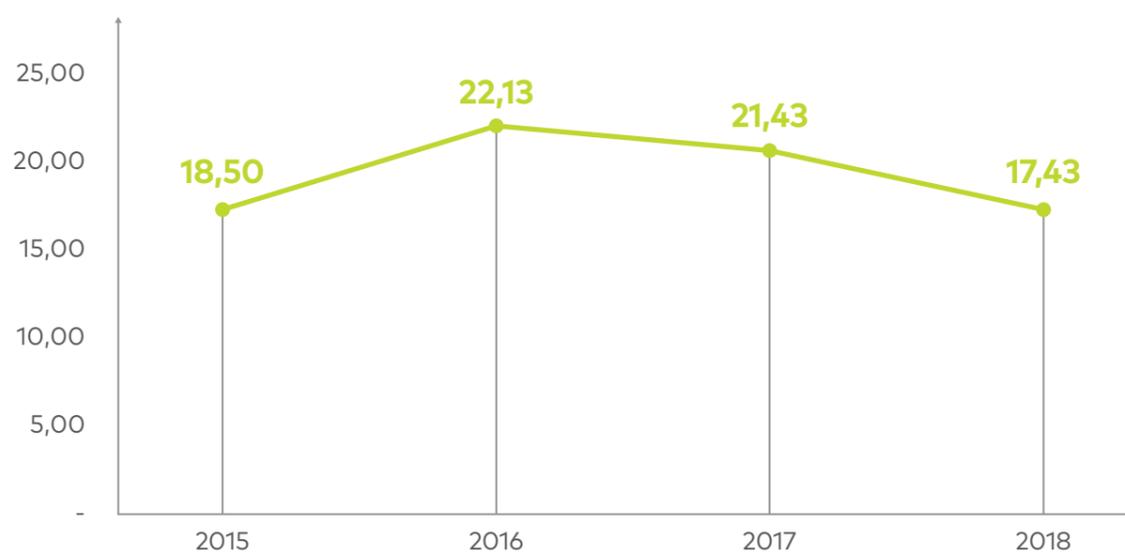
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN	SICOOB UNIRBO	GANHO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal - PAD		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	5,80%	R\$ 949.377	R\$ 949.377
EMPRÉSTIMOS	3,15%	1,76%	R\$ 10.887.175	R\$ 11.836.552
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,62%	R\$ 1.239	R\$ 11.837.791
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 5,33	R\$ 1.116.080	R\$ 12.953.871
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	6,69%	R\$ 494.802	R\$ 13.448.673
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	5,53%	R\$ 187.679	R\$ 13.636.352
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	9,38%	R\$ 3.166	R\$ 13.639.518
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	7,82%	R\$ 427	R\$ 13.639.945
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	11,00%	R\$ 3	R\$ 13.639.948
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	N/D	R\$ 0	R\$ 13.639.948
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	4,98%	R\$ 1.786.627	R\$ 15.426.575
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	1,90%	R\$ 133.052	R\$ 15.559.627
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,53%	-R\$ 655	R\$ 15.558.972
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,58%	-R\$ 5.640	R\$ 15.553.332
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,19%	R\$ 1.591	R\$ 15.554.923
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 7,56	R\$ 625.988	R\$ 16.180.912
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 3.426.964	R\$ 3.426.964	R\$ 19.607.876
COOPERADOS SICOOB UNIRBO				2.459
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 7.974

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uhi - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa

6.1 Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 09/03/2018, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- pela AG de 24/03/2017, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas;

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que

garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

6.2 Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS).

O CONAD, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente. Além dos efetivos, conta-se também com mais 2 membros suplentes.

A DIREX, composta de 2 membros – Diretor-Presidente e Diretor Administrativo, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 2 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
Circulante		55.672.727	38.039.638	Circulante		78.891.218	45.229.696
Disponibilidades	04	782.183	653.649	Depósitos	13	67.385.962	41.056.712
Títulos e Valores Mobiliários	05	-	5.135	Depósitos à Vista		16.638.916	8.079.072
Relações Interfinanceiras	06	28.046.017	19.697.693	Depósitos a Prazo		50.747.046	32.977.640
Centralização Financeira		28.046.017	19.697.693	Relações Interfinanceiras	14	447.975	1.737.541
Operações de Crédito	07	26.302.995	17.355.182	Repasse Interfinanceiros		447.975	1.737.541
Operações de Crédito - Setor Privado		28.026.272	18.287.681	Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	8.000.000	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(1.723.277)	(932.499)	Outras Obrigações	16	3.057.281	2.435.444
Outros Créditos	08	427.656	320.354	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	16a	29.106	22.773
Avais e Fianças		201.655	85.458	Sociais e Estatutárias	16b	278.357	292.288
Rendas a Receber		109.391	112.171	Fiscais e Previdenciárias	16c	223.230	103.095
Diversos		240.828	179.973	Diversos	16d	2.526.588	2.017.287
(-) Provisão para Outros Créditos		(124.218)	(57.249)				
Outros Valores e Bens	09	113.876	7.626	Não Circulante		10.229.521	243.160
Despesas Antecipadas		113.876	7.626	Relações Interfinanceiras	14	10.229.521	-
				Repasse Interfinanceiros		10.229.521	-
Não Circulante		57.025.767	25.708.606	Exigível a longo prazo		-	243.160
Realizável a Longo Prazo	07	51.302.279	21.445.036	Provisão para Demandas Judiciais	17	-	243.160
Operações de Crédito		53.984.798	22.518.469				
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(2.682.519)	(1.073.433)	Patrimônio Líquido	19	23.577.755	18.275.387
Investimentos	10	2.236.081	1.908.274	Capital Social	19a	18.163.121	14.269.536
Ações e Cotas		2.236.081	1.908.274	Reservas de Sobras	19b	3.088.302	2.013.844
Imobilizado de uso	11	3.472.625	2.340.991	Sobras do Exercício	19d	2.326.332	1.992.007
Outras Imobilizações de Uso		2.401.486	1.010.507				
Imóveis de Uso		1.910.555	1.910.555	TOTAL DO ATIVO		112.698.494	63.748.244
(-) Depreciações Acumuladas		(839.416)	(580.072)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.698.494	63.748.244
Intangível	12	14.782	14.306				
Softwares		37.425	23.203				
(-) Amortizações Acumuladas		(22.643)	(8.897)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	8.198.124	14.429.077	9.923.421
Operações de Crédito		8.198.124	14.429.000	9.922.881
Títulos e valores mobiliários		-	77	540
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.565.236)	(6.234.324)	(4.693.460)
Operações de Captação no Mercado	13	(1.382.747)	(2.586.245)	(3.160.258)
Operações de Empréstimos e Repasses		(377.079)	(470.643)	(25.436)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.805.410)	(3.177.436)	(1.507.767)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.632.888	8.194.753	5.229.960
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(2.453.350)	(3.745.464)	(1.145.860)
Receitas de Prestação de Serviços		438.385	770.568	865.385
Receitas de Tarifas Bancárias		419.323	724.016	501.274
Despesas de Pessoal		(2.469.279)	(4.261.550)	(2.606.058)
Outras Despesas Administrativas	22	(1.635.558)	(2.939.164)	(2.023.606)
Despesas Tributárias		(63.147)	(110.621)	(120.373)
Outras Receitas Operacionais	23	951.730	2.249.616	2.448.791
Outras Despesas Operacionais	24	(94.804)	(178.329)	(211.274)
RESULTADO OPERACIONAL		2.179.538	4.449.289	4.084.100
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	25	(67.757)	(67.170)	15.957
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		2.111.781	4.382.119	4.100.057
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(45.949)	(139.564)	(124.530)
Provisão para Imposto de Renda		(24.792)	(75.788)	(66.780)
Provisão para Contribuição Social		(21.157)	(63.776)	(57.750)
Ativo Fiscal Diferido		-	-	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		2.065.832	4.242.555	3.975.527
Juros Sobre o Capital Próprio		(414.755)	(815.590)	(996.352)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.651.077	3.426.965	2.979.175
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(1.100.633)	(1.100.633)	(987.167)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(166.166)	(166.166)	(275.736)
Reserva Legal		(830.833)	(830.833)	(711.431)
Perdas Cooperativas Incorporadas CBCred		(103.634)	(103.634)	-
SOBRAS DO EXERCÍCIO		550.444	2.326.332	1.992.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE SOBRAS	SOBRAS/ PERDAS ACUMULADAS	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	11.958.488	(80.585)	1.302.413	1.144.140	14.324.456
Integralizações/Subscrições de Capital	940.621	(48.910)	-	-	891.711
Incorporação de Sobras	1.144.140	-	-	(1.144.140)	-
Devolução de Capital	(626.760)	-	-	-	(626.760)
Incorporação de Juros ao Capital	982.541	-	-	-	982.541
SOBRAS DO EXERCÍCIO	-	-	-	2.979.175	2.979.175
DESTINAÇÃO DAS SOBRAS:					
Reserva Legal	-	-	711.431	(711.431)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(275.736)	(275.736)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	14.399.031	(129.495)	2.013.844	1.992.007	18.275.387
Integralizações/Subscrições de Capital	1.487.722	(181.235)	-	-	1.306.487
Efeitos da Incorporação da CBCred	812.022	-	49.736	(103.634)	758.124
Incorporação de Sobras	1.258.681	-	-	(1.258.681)	-
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	-	193.889	(193.889)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(539.437)	(539.437)
Devolução de Capital	(274.079)	-	-	-	(274.079)
Incorporação de Juros ao Capital	790.474	-	-	-	790.474
SOBRAS DO EXERCÍCIO	-	-	-	3.426.965	3.426.965
DESTINAÇÃO DAS SOBRAS:					
Reserva Legal	-	-	830.833	(830.833)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(166.166)	(166.166)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	18.473.851	(310.730)	3.088.302	2.326.332	23.577.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre 2018	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.760.648	8.201.765	1.726.086
Sobras ajustadas	3.539.685	6.744.793	4.587.541
Sobras do Semestre/Exercício	1.651.077	3.426.965	2.979.175
Depreciações	79.870	135.160	96.789
Amortizações	3.328	5.232	3.810
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	1.805.410	3.177.436	1.507.767
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS	(25.253.436)	(42.190.910)	(12.956.765)
Títulos e Valores Mobiliários	-	5.135	9.934
Operações de Crédito	(25.442.435)	(41.982.493)	(12.871.788)
Outros Créditos	287.588	(107.302)	(92.179)
Outros Valores e Bens	(98.589)	(106.250)	(2.731)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS	32.474.399	43.647.882	10.095.310
Depósitos	17.459.338	26.329.250	7.228.064
Outras Obrigações	684.353	378.677	1.129.705
Relações Interfinanceiras	6.393.587	8.939.955	1.737.541
Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.000.000	8.000.000	-
Relações Interdependências	(62.879)	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(665.113)	(1.600.310)	(1.294.654)
Aumento dos Investimentos	(191.462)	(327.807)	(375.727)
Aquisições do Imobilizado Intangível	(467.942)	(1.266.794)	(918.927)
	(5.709)	(5.709)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.030.984	1.875.403	971.756
Integralizações de Capital	727.803	1.306.487	891.711
Devolução de Capital	(79.251)	(274.079)	(626.760)
FATES	(166.166)	(166.166)	(275.736)
Efeitos da Incorporação da CBCred	758.124	758.124	-
Juros ao Capital	790.474	790.474	982.541
Distribuições de Sobras	-	(539.437)	-
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.126.519	8.476.858	1.403.188
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / semestre	16.701.681	20.351.342	18.948.154
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / semestre (Nota	28.828.200	28.828.200	20.351.342
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.126.519	8.476.858	1.403.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Para o exercício de 2018 e 2017 - (em reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10 de setembro de 1996, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB UNIRBO possui 2 Postos de Atendimento (PAs).

O SICOOB UNIRBO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, Praticar, nos termos dos normativos vigentes, dentre outras, as seguintes operações: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive, depósitos à prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 SITUAÇÃO ESPECIAL

A SICOOB UNIRBO, em 2018, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados e possibilitar o aumento de seu patrimônio líquido e do limite para operações, promoveu a incorporação das cooperativas relacionadas abaixo, garantindo, assim, um novo posicionamento no mercado. Todas as incorporações foram devidamente aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 01/06/2018, e, encontram-se em análise pelo Banco Central do Brasil.

Demonstram-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos, na data 30/06/2018:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades / Centralização Financeira	1.012.874	979.122
Operações de Crédito	1.487.689	1.268.934
Outros Créditos	25.449	7.006
Ativo Permanente	61.227	65.968
TOTAL ATIVO	2.587.239	2.321.030
Depósitos	1.707.164	1.420.900
Outras Obrigações	121.950	103.511
Patrimônio líquido	861.758	1.529.368
Sobras/Perdas Acumuladas	(103.633)	(732.749)
TOTAL PASSIVO	2.587.239	2.321.030

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinar ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em concordância ao processo de convergência das normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução

CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº4.524/16.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e, calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas aos títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios, as despesas, os ingressos e as receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Caixa Econômica Federal.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar. As operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida. A apropriação dos juros é interrompida após seu vencimento por tempo superior a 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A Provisão para operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento, a liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB UNI e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto, quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em **31 de dezembro de 2018** e de **2017**, o caixa e equivalente de caixa estavam assim representadas.

Descrição	2018	2017
Caixa	782.183	653.649
Depósitos Bancários	28.046.017	19.697.693
TOTAL	28.828.200	20.351.342

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de dezembro de 2018** e de **2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	2018	2017
Título de Renda Fixa (a)	-	5.135
TOTAL	-	5.135

(a) Referem-se à aplicação em capitalização no **Banco do Brasil**.

NOTA 6 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em **31 de dezembro de 2018** e de **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	2018	2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	28.046.017	19.697.693
TOTAL	28.046.017	19.697.693

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTA 7 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	141.473	-	141.473	34.512
Empréstimos	21.704.606	31.950.565	53.655.171	28.737.436
Títulos Descontados	1.358.738	-	1.358.738	447.274
Financiamentos	4.327.144	9.182.681	13.509.825	9.732.975
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	494.311	12.851.552	13.345.863	1.853.953
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.723.277)	(2.682.519)	(4.405.796)	(2.005.932)
TOTAL	26.302.995	51.302.279	77.605.274	38.800.218

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	78.516	-	-	-	78.516	-	90.531	-
A 0,50% Normal	16.378.257	13.265	2.546.421	4.797.794	23.735.739	(118.679)	11.992.623	(59.963)
B 1% Normal	15.013.565	223.073	5.086.690	6.513.891	26.837.219	(268.372)	13.007.866	(130.079)
B 1% Vencidas	303.581	3.803	-	-	307.384	(3.074)	677.734	(6.777)
C 3% Normal	14.521.919	645.947	5.195.691	2.034.178	22.397.735	(671.932)	10.382.773	(311.483)
C 3% Vencidas	137.157	6.107	125.348	-	268.611	(8.058)	1.519.960	(45.599)
D 10% Normal	2.540.878	142.370	175.250	-	2.858.498	(285.850)	462.448	(46.245)
D 10% Vencidas	549.742	34.082	79.868	-	663.692	(66.369)	383.457	(38.346)
E 30% Normal	1.062.852	19.107	59.089	-	1.141.048	(342.314)	1.071.064	(321.319)
E 30% Vencidas	215.377	19.689	174.915	-	409.980	(122.994)	150.783	(45.235)
F 50% Normal	691.133	7.161	12.070	-	710.363	(355.182)	44.460	(22.230)
F 50% Vencidas	28.747	126	7.110	-	35.984	(17.992)	48.124	(24.062)
G 70% Normal	1.155.326	20.624	29.856	-	1.205.806	(844.064)	3.850	(2.695)
G 70% Vencidas	180.119	6.833	11.653	-	198.605	(139.024)	61.922	(43.345)
H 100% Normal	394.539	36.920	-	-	431.459	(431.459)	388.154	(388.154)
H 100% Vencidas	626.157	98.411	5.865	-	730.433	(730.433)	520.401	(520.401)
Total Normal	51.836.984	1.108.468	13.105.067	13.345.863	79.396.381	(3.317.852)	37.443.768	(1.282.167)
Total Vencidos	2.040.880	169.050	404.758	-	2.614.689	(1.087.944)	3.362.382	(723.765)
Total Geral	53.877.864	1.277.518	13.509.825	13.345.863	82.011.070	(4.405.796)	40.806.150	(2.005.932)
Provisões	(3.682.813)	(209.375)	(363.455)	(150.153)	(4.405.796)	-	(2.005.932)	-
Total Líquido	50.195.052	1.068.144	13.146.370	13.195.710	77.605.274	-	38.800.218	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	1.277.518	-	-	1.277.518
Empréstimos	6.104.492	14.470.129	31.944.505	52.519.126
Títulos Descontados	1.069.404	289.334	-	1.358.738
Financiamentos	1.217.344	3.109.800	9.182.681	13.509.825
Financiamentos Rurais	-	494.311	12.851.552	13.345.863
TOTAL	9.668.758	18.363.574	53.978.738	82.011.070

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	981	1.834.837	-	-	1.835.818	2%
Setor Privado - Indústria	-	-	7.458	-	7.458	0%
Setor Privado - Serviços	779.361	22.034.197	683.171	-	23.496.729	29%
Pessoa Física	497.176	42.159.917	668.109	13.345.863	56.671.065	69%
TOTAL	1.277.518	66.028.951	1.358.738	13.345.863	82.011.070	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	2018	2017
Saldo Inicial	2.005.932	931.872
Constituições / Reversões	3.266.914	1.512.577
Transferência para Prejuízo	(867.050)	(438.517)
TOTAL	4.405.796	2.005.932

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	2018	% Carteira Total	2017	% Carteira Total
Maior Devedor	2.298.376	3%	1.361.612	3%
10 Maiores Devedores	14.751.586	18%	9.471.110	23%
50 Maiores Devedores	38.031.091	46%	20.917.667	51%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	2018	2017
Saldo inicial	5.038.065	5.148.931
Valor das operações transferidas no período	867.050	438.517
Valor das operações recuperadas no período	(298.284)	(549.383)
TOTAL	5.606.831	5.038.065

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2018, a cooperativa apresentou renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 2.569.031,19, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	2018	2017
Avais e Fianças Honrados	201.655	85.458
Rendas a Receber (a)	109.391	112.171
Diversos	240.828	179.973
Adiantamentos e Antecipações Salariais	30.000	1.899
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	-	9.913
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	90.191	8.480
Impostos e Contribuições a Compensar	1.223	925
Títulos e Créditos a Receber	18.892	15.757
Devedores Diversos - País	100.522	142.999
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(124.218)	(57.249)
TOTAL	427.656	320.354

(a) Rendas à receber de tarifa de convênios de terceiros e de rendimentos da centralização financeira da Cooperativa Sicoob UNIRBO na Central Sicoob Uni.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

NOTA 9 – OUTROS VALORES E BENS

Descrição	2018	2017
Despesas Antecipadas (a)	113.876	7.626
TOTAL	113.876	7.626

(a) Registram-se neste grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB.

Descrição	2018	2017
Participações em cooperativa central de crédito	2.060.123	1.758.491
Participações inst financ controlada coop crédito	175.958	149.783
TOTAL	2.236.081	1.908.274

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, conforme expresso abaixo:

Descrição	2018	2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.102.398	457.649	
Terrenos	891.000	891.000	
Edificações	1.019.555	1.019.555	
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(268.483)	(227.701)	4%
Instalações	269.343	2.900	
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(25.369)	(1.595)	10%
Móveis e equipamentos de Uso	589.961	294.753	
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(247.668)	(159.012)	10%
Sistema de Comunicação	40.062	30.335	
Sistema de Processamento de Dados	372.833	205.550	20%
Sistema de Segurança	26.889	19.321	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(297.896)	(191.764)	20%
TOTAL	3.472.625	2.340.991	

NOTA 12 - INTANGÍVEL

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	2018	2017
Outros Ativos Intangíveis	37.425	23.203
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(22.643)	(8.897)
TOTAL	14.782	14.306

NOTA 13 – DEPÓSITOS

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	2018	2017
Depósito à Vista	16.638.916	8.079.072
Depósito a Prazo	50.747.046	32.977.640
TOTAL	67.385.962	41.056.712

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	2018	% Carteira Total	2017	% Carteira Total
Maior Depositante	10.497.712	16%	2.566.379	6%
10 Maiores Depositantes	27.957.839	42%	14.329.149	35%
50 Maiores Depositantes	46.067.913	69%	28.865.052	71%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.508.588)	(3.102.054)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(77.657)	(58.204)
TOTAL	(25.86.245)	(3.160.258)

NOTA 14 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Recursos obtidos junto ao Bancoob para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	2018	2017
Recursos do Bancoob	11.779.545	1.913.494
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(1.102.049)	(175.954)
TOTAL	10.677.496	1.737.541
CIRCULANTE	447.975	1.737.541
NÃO CIRCULANTE	10.229.521	-

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Crédito rotativo obtido junto a Central Sicoob Uni das Cooperativas de Crédito para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro.

Instituições	2018	2017
Recursos da Central	8.000.000	-
TOTAL	8.000.000	-

NOTA 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	2018	2017
IOF a recolher (I)	23.113	22.766
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	5.993	7
TOTAL	29.106	22.773

(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e regaste em RDC.

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	2018	2017
Resultado de Atos com Associados (I)	166.167	145.027
Resultado de Atos com Não Associados	101.628	133.450
Cotas de Capital a Pagar (II)	10.562	13.811
TOTAL	278.357	292.288

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher	223.230	103.095
TOTAL	223.230	103.095

d) Diversas

Descrição	2018	2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	79.849	15.793
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	459.074	224.702
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	995.358	610.503
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (V)	791.101	1.091.338
Credores Diversos - País (V)	201.206	74.951
TOTAL	2.526.588	2.017.287

(I) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores;

(II) Refere-se ao saldo de conta salário;

(III) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal, entre outras despesas da cooperativa;

(IV) Refere-se aos pagamentos a serem processados;

(V) Refere-se à provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

NOTA 17 – PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Valor referente à provisão para recolhimento das contribuições PIS (Programa Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referente aos exercícios de 1999 a 2004, sobre ATOS COOPERATIVOS PRÓPRIOS.

Descrição	2018	2017
Provisão para Riscos Fiscais	-	243.160
TOTAL	-	243.160

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIRBO, existe um processo judicial no qual a cooperativa figura como polo passivo. O processo foi classificado com risco de perda possível, totalizando R\$ 170 mil.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB UNIRBO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada, integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	2018	2017
Capital Social	18.163.121	14.269.536
Associados	2.542	1.769

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras do ano de 2017 à disposição da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09/03/2018, é de R\$ 1.992.007,00, sendo que, o valor de R\$ 1.258.681,00 foi distribuído no capital, R\$ 193.889,00 foi destinado para a Reserva Legal da Cooperativa e R\$ 539.437,00 distribuído ao cooperado via conta corrente.

Destinações estatutárias e legais

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	3.323.331	2.979.175
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(133.450)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.323.331	2.845.725
Reserva legal - 25%	(830.833)	(711.431)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(166.167)	(142.286)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.326.331	1.992.007

NOTA 20 – RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	1.057.229	646.653
Despesas específicas de atos não cooperativos	(128.905)	(123.535)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(382.118)	(280.751)
Adições e Exclusões ao Resultado Não Operacional	(67.170)	15.957
Total de receitas de vendas de quotas de consórcios com Associados	(57.407)	-
Total de receitas de vendas de seguros com Associados	(11.046)	-
Total de receitas de comissão de faturamento e antecipação de recebíveis do negócio Sipag	(271.019)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	139.564	258.324
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(75.788)	(67.044)
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	(63.776)	(57.830)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	-	133.450

NOTA 21 – RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	87.898	56.521
Rendas de Empréstimos	11.018.774	7.510.361
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	330.418	201.943
Rendas de Financiamentos	2.251.008	1.578.572
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	125.445	408
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	230.911	844
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	86.007	24.872
Rendas de Títulos de Renda Fixa	77	540
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	298.539	549.361
TOTAL	14.429.077	9.923.421

NOTA 22 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	21.792	41.190
Despesas de Aluguéis	356	100
Despesas de Comunicações	85.084	82.105
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	72.648	59.470
Despesas de Material	41.885	18.362
Despesas de Processamento de Dados	68.968	122.286
Despesas de Promoções e Relações Públicas	22.586	54.356
Despesas de Propaganda e Publicidade	17.495	30.440
Despesas de Publicações	-	1.500
Despesas de Seguros	21.913	18.707
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	852.408	531.365
Despesas de Serviços de Terceiros	137.698	94.478
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	71.899	64.628
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	118.354	84.566
Despesas de Transporte	98.797	39.201
Despesas de Viagem Ao Exterior	1.680	1.377
Despesas de Viagem No País	186.286	33.945
Despesas de Multas Aplicadas Pelo Banco Central	127	-
Outras Despesas Administrativas	852.540	607.027
Despesas de Amortização	5.233	3.810
Despesas de Depreciação	135.160	96.789
Despesas de Provisões Passivas	126.255	37.902
TOTAL	2.939.164	2.023.606

NOTA 23 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	464.936	44.073
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.164.118	2.102.536
Dividendos	15.978	-
Crédito Receita Sipag - Faturamento	110.958	24.767
Crédito Receita Sipag - Antecipação	374.038	104.223
Receita Volume Financeiro - Rede	-	124
Juros Ao Capital	118.639	-
Outras Rendas Operacionais	949	173.068
TOTAL	2.249.616	2.448.791

NOTA 24 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Perdas - Fraudes Externas	15.899	12.662
Perdas - Práticas Inadequadas	-	12
Perdas - Falhas De Gerenciamento	-	29.092
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	5.412	6.675
Bonificação De Seguro Prestamista	34.406	8.584
Perdas Cartão De Crédito	360	-
Multa E Juros Diversos	134	488
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	316	422
Cancelamento - Tarifas Pendentes	58.785	39.473
Outras Despesas Operacionais	10.879	72.274
Contrib. Mensal Ao Fundo De Desenvolvimento Sicoob	17.664	39.928
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	511	1.155
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	221	509
Contrib. Ao Fundo Tecnologia Da Informação	20.949	-
Contribuição Ao Fundo De Estabilidade E Liquidez	12.793	-
TOTAL	178.329	211.274

NOTA 25 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	7.796	17.231
Outras Rendas não Operacionais	1.172	186
Perdas de Capital	(76.138)	-
Outras Despesas não Operacionais	-	(1.460)
TOTAL	(67.170)	15.957

NOTA 26 - PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se, basicamente, por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como, movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC, assim como, operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	12.018.963	9,56%	25.274
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.711.274	2,16%	9.443
TOTAL	14.730.237	11,72%	34.717
Montante das Operações Passivas	4.078.430	6,57%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.056	46	0%
Conta Garantida	32.273	1.373	4%
Crédito Rural	2.610.274	31.852	20%
Empréstimo	2.134.800	33.683	4%
Financiamento	2.076.665	54.035	15%
Títulos Descontados	122.471	612	9%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	932.698	5,63%	0%
Depósitos a Prazo	5.234.287	10,31%	0,49%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,02%	3,09%
Empréstimos	2,06%	1,89% a 3,19%
Financiamento	1,57%	1,57% a 1,91%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,58%	94% a 99%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	5,24%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,58%
Crédito Rural (modalidades)	2,52%

No exercício de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Cédula De Presença - Conselho Fiscal	90.070
Honorários	643.701
Cédula De Presença - Diretoria E Conselho De Administração	311.042
Gratificações Da Diretoria	91.876
Outras Desp. Diretoria E Conselho Administração	22.485
TOTAL	1.159.174

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	3.524.100
Empréstimos e Financiamentos	4.869.643

NOTA 27 – COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas

filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como, facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a alcance de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiais, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais, gerenciais, entre outras.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCO

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

NOTA - 28.1 – RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

NOTA - 28.2 - RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de estresse.

NOTA - 28.3 - RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção

de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

NOTA - 28.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

NOTA - 28.5 - RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

NOTA - 28.6 - GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 - ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo, os cálculos dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	23.186.050	18.263.943
Capital Principal - CP	9.668.140	3.029.321
Nível I	9.668.140	3.678.461
Índice de Basileia %	28,78%	42,20%
Razão de Alavancagem (RA) %	19,20%	26,35%
Índice de imobilização %	14,98%	12,83%
Ativos Ponderados pelos Riscos	9.668.140	4.543.982

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – Sicoob UNIRBO
Rio Branco/AC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – Sicoob UNIRBO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UNIRBO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente

de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2018.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda- SICOOB UNIRBO, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Examinamos as referidas demonstrações considerando: os resultados do acompanhamento sistemático e das reuniões de verificação realizadas por este Conselho no decorrer do exercício de 2018; as informações e esclarecimentos recebidos da Administração no decorrer do

exercício; os relatórios da área de Controles Internos; os relatórios de auditoria cooperativa; o parecer dos auditores independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, datado de 18 de fevereiro de 2019 e acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

As demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2018, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação

Rio Branco, 20 de fevereiro de 2019.

Thereza Neuma Santiago Machado de Almeida
Conselheira Efetivo/Coordenadora

Cirley Maria de Oliveira Lobato
Conselheiro Efetivo

Wellyton Melo de Souza
Conselheira Efetivo

Nossas Agências

Sede

Rua Quintino Bocaiúva nº 1818, Bosque.
Rio Branco - AC - CEP: 69.900-670
(68) 3224-1323

Rio Branco

Estrada da Usina, 669 bairro Morada do Sol.
Rio Branco - AC - CEP: 69.901-097
(68) 3222-8053

